SUMÁRIO

- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988 14
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 16
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS 93
EMENDAS CONSTITUCIONAIS 116
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 169
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO ADCT 215

- **LINDB**

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 218

- **CÓDIGO CIVIL**

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL 224
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 230
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL 342

- **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 380
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 384
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 478

- **CÓDIGO PENAL**

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941 516
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL 518
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 520
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL 567

- **CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941 590
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 591
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 593
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 658

- **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 686
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 687
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 701

▪ CÓDIGO ELEITORAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL 706
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 707
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL 744

▪ CÓDIGO FLORESTAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL 750
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 751
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL 768

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 774
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 779
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 814
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB 827
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB 835
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 852
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 862
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 868
ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 881
ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE – LEI Nº 15.378, DE 6 DE ABRIL DE 2026 888

▪ LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 892
Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 897
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 912
Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026 915
Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 15 DE ABRIL DE 2026 926
Dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um Município para incorporação a outro, limítrofe, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

▪ LEIS

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 927
Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 928
Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 934
Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 935
Regula a ação popular.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 938
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 943
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 945
Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 946
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 948
Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 951
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 961
Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 984
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 1004
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 1029
Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 1037
Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 1046
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 1056
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 1062
Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 1063
Estabelece normas para as eleições.

LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 1087
Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 1088
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 1095
Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 1096
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 1098
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 1104
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 1107
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do Art. 102 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 1108
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 1115
Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 1116
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 1119
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 1125
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 1126
Regulamenta o inciso III do Art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 1127
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014 1130
Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.

LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 1132
Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 1134
Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016 1135
Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 1135
Institui a Lei de Migração.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 1146
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 1158
Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 1165
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023 1204
Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 1204
Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 1207
Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025 1217
Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

LEI Nº 15.190, DE 8 DE AGOSTO DE 2025 1218
Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 9.985, de 18 de julho de 2000, e 6.938, de 31 de agosto de 1981; revoga dispositivos das Leis nºs 7.661, de 16 de maio de 1988, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 1232
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001 1241
Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 1247
Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 1259
Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 1292
Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.

DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 1296
Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.

DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 1300
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.

DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026 1300
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

▪ DECRETO-LEI

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 1309
Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.

▪ PROVIMENTO

PROVIMENTO DO CFOAB Nº 205/2021 1312
Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.

▪ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF 1317
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ 1347

▪ SÚMULAS

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DE ENUNCIADOS DO STF 1390
SÚMULAS VINCULANTES 1393
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF 1396
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ 1417
SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE 1438